



A PRÁTICA DAS ASSEMBLEIAS DE CLASSE EM UM COLÉGIO DA REDE MARISTA: PROCESSOS DE DIÁLOGO, FORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE VALORES

Clarice Conter¹ – CMR

Eixo temático: Ensino Fundamental.

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender a proposta da realização das assembleias de classe, verificando o seu funcionamento e a sua eficácia com estudantes do Ensino Fundamental II do Colégio Marista Rosário. Para isso, propõe-se trabalhar com questões pertinentes à formação integral, como: processos de diálogo no espaço escolar, formação e construção de valores. Além disso, busca-se reafirmar os princípios do Projeto Educativo do Brasil Marista e das Matrizes Curriculares na sua dimensão evangelizadora: valores maristas da humildade, da simplicidade, do espírito de família, da solidariedade, desafiando e incentivando a prática desses valores no espaço-tempo da escola. Entende-se que a prática das assembleias de classe – como educação integral, construção e formação de valores – deve visar ao desenvolvimento de competências para lidar com as adversidades, o conflito de ideias, sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo à sua volta. Para investigar como se dá o desenvolvimento dos estudantes com essa atividade, foi aplicado um questionário com turmas de 7º ano, em que as assembleias têm sido realizadas há dois anos. Notou-se que os estudantes aprovam essa prática e que gostariam que ocorresse com maior periodicidade. Também foi observado que os estudantes, influenciados pelo exercício, procuram com mais frequência o Serviço de Orientação Educacional para colocar as suas preocupações em relação às questões que envolvem as turmas e suas questões individuais/pessoais. Ainda foi possível identificar uma significativa satisfação na participação dos estudantes em assembleias, pois relatam que se sentem “aliviados” e que precisam desse espaço de diálogo, em que há muitas questões que necessitam ser discutidas pela turma e até mesmo afirmam que se sentem “acolhidos” após as discussões. Foram identificados ainda os relatos de alguns professores, em conselho de classe, que perceberam uma mudança significativa na postura dos estudantes – em relação à maturidade e às colocações – e mais empatia em relação aos colegas, como consequência das assembleias.

Palavras-chave: Assembleia de classe. Gestão democrática. Resolução de conflitos.

¹ Orientadora Educacional, Pedagoga, Especialização em Psicopedagogia e Interdisciplinaridade, cursando especialização em Gestão Curricular Marista, Mestranda em Gestão Educacional. *E-mail:* clarice.conter@maristas.org.br.

Introdução

É no ambiente escolar, ao relacionar-se com seus pares e com os adultos que lhes são referência, que os estudantes iniciam, de forma sistemática, num âmbito social e não mais familiar, sua formação quanto aos valores e atitudes de uma sociedade democrática. Cabe à escola ensinar esses saberes que se relacionam ao conhecimento, ao respeito e à prática de valores e atitudes que regulam as relações entre pessoas e grupos.

As assembleias de classe se constituem numa dessas práticas, pois oportunizam um espaço para que questões de convivência diária possam ser debatidas por todos, com o objetivo de solucionar problemas e resolver conflitos. Segundo Araújo (2002):

A educação para a cidadania e para a vida em uma sociedade democrática solicita um trabalho visando à construção de personalidades morais, de cidadãos e cidadãs autônomos, que buscam, de maneira consciente e virtuosa, a felicidade e o bem pessoal e o coletivo. Isso significa atuar intencionalmente com o objetivo de contribuir com as futuras gerações, para que cada sujeito cresça incorporando, no núcleo central de sua personalidade, no centro de sua identidade, a racionalidade autônoma com base na igualdade, na equidade, na justiça, no autorrespeito. Uma maneira de se trabalhar na escola para atingir tais objetivos é por meio de propostas educativas fundamentadas na resolução de conflitos e de problemas cotidianos, como as assembleias de classe.

Autores como Shulman (2004) e Weimer (2002) nos apontam que a relação ensino-aprendizagem deve sofrer uma inversão, deixando de se centralizar no ensino e buscando a aprendizagem e o protagonismo do sujeito da educação. Nessa perspectiva, a construção de conhecimentos pressupõe que as salas de aula precisam de sujeitos ativos, que participem de maneira intensa e reflexiva dos processos educativos. Esse sujeito deverá construir a sua identidade, as suas relações com seus colegas e professores e também com o mundo, edificando, assim, a sua própria história.

Nesse contexto, os estudantes passam a ser os protagonistas, tendo voz e espaço na sala de aula, e os professores são os mediadores do processo, em que a aprendizagem ocorrerá de maneira coletiva, com curiosidade e cooperação. Assim, encontrar as respostas para suas próprias perguntas é o que se busca nesse processo.

De acordo com Sastre e Moreno (2002), as propostas educativas que trabalham os problemas humanos como um elemento essencial de sua organização curricular podem formar os estudantes, desenvolver suas personalidades, fazê-los conscientes de suas ações e das suas consequências, conseguir que aprendam a conhecer melhor a si mesmos e às demais pessoas, fomentar a autoconfiança, a cooperação, a confiança em seus companheiros e a beneficiar-se

das implicações que tais conhecimentos lhes proporcionam. Portanto, verifica-se que o trabalho com as assembleias complementa a perspectiva de novos paradigmas nas relações e construção de valores e, para isso, buscou-se traçar, nas próximas linhas, o percurso, os objetivos e a eficácia das assembleias em uma escola da Rede Marista.

O que são as assembleias e como são organizadas?

Afinal, o que são as assembleias? De acordo com Puig (2000), as assembleias são o momento institucional da palavra e do diálogo. Esse momento, em que o coletivo se reúne para refletir, tomar consciência de si mesmo e transformar tudo aquilo que os seus membros consideram oportuno, contribui para que, na constituição psíquica dos valores que as pessoas constroem ao participar de espaços coletivos de diálogo, sejam privilegiadas maneiras abertas de compreender o mundo e a complexidade dos fenômenos humanos. Não sendo, desse modo, compreensões cerradas em certezas e verdades que assumem caminhos únicos e dogmáticos.

Em relação à prática das assembleias, Araújo (2004) assevera que o debate deve ter como foco as causas e consequências dos atos que estão em pauta naquele momento no grupo/sala de aula, não esquecendo a importância do anonimato, que deve ser garantido nessa ocasião.

Um dos objetivos das assembleias de classe é tratar de temas que sejam de importância e interesse dos estudantes dentro do seu grupo/turma. Desse modo, é feito um levantamento dos assuntos que serão discutidos durante a assembleia. Após, é elaborada uma pauta que deve estar organizada em dois blocos de discussões. O primeiro bloco, denominado “Eu critico...”, refere-se às queixas e às denúncias relacionadas às atitudes e aos comportamentos do grupo ou de um de seus membros. Já o segundo bloco, denominado “Eu felicito...”, serve para destacar as pessoas, ações e atitudes que, durante a semana/quinzena, mereceram um reconhecimento especial. Ainda, os temas que podem ser evidenciados devem estar relacionados principalmente às questões da sala de aula (no grupo ou questões individuais): temas de convivência, dificuldades do cotidiano, cumprimento das regras da escola e outros que possam ser pertinentes pelo grupo. Sobre o objetivo de uma assembleia, Araújo destaca:

O objetivo de uma assembleia é discutir princípios, atitudes e daí construir as regras de regulação coletiva e as propostas de resolução dos problemas. Discutem-se as brigas na escola, a sujeira da classe, o fato das aulas estarem sendo prejudicadas por determinados comportamentos, e não quem está cometendo tais faltas. Isso porque as regras não podem jamais ser personalizadas. Não podem ser feitas para uma pessoa ou um pequeno grupo. Elas têm de ser coletivas. (ARAÚJO, 2004, p. 62)

É importante destacar que as críticas não devem revelar as pessoas (quem fez), mas sim as atitudes (o que fez). E, além disso, deve-se tomar cuidado com questões que fogem do âmbito da sala de aula, pois o momento é para discutir o que realmente pode ser considerado um dilema atual da turma. Após a definição dos temas a serem discutidos, é necessária a disposição dos participantes no espaço, permitindo, assim, que todos possam se enxergar. Para isso, costuma-se organizar a classe em um semicírculo, o que contribui muito para o diálogo entre os estudantes.

A prática das assembleias com turmas de Ensino Fundamental II é realizada sempre com a cedência de períodos dos componentes curriculares e tem a duração de 50 minutos. A rotina das assembleias envolve alguns momentos importantes: nos primeiros dez minutos, os temas que serão tratados na assembleia são apresentados a todos. Em seguida, durante trinta minutos, faz-se a discussão dos temas indicados pelos estudantes. E, por fim, nas discussões finais, que ocorrem nos últimos dez minutos, são feitas as propostas de soluções e encaminhamentos para os assuntos discutidos. Também durante esse processo, mais precisamente nas discussões finais, faz-se um resumo dos acordos que foram firmados, sendo esse último momento de extrema importância para lembrar aos estudantes os compromissos assumidos no coletivo (turma) e no individual (estudante).

Salienta-se que a prática das assembleias, enquanto espaço de diálogo e participação dos estudantes, contribui para a construção de uma disciplina reconhecida por todos, e não apenas imposta pelo professor. Isso faz com que a importância da assembleia passe a ser uma atividade que seja habitual em sala de aula, ocorrendo de maneira mais efetiva se em uma periodicidade constante.

Além disso, centraliza-se o diálogo como base da prática das assembleias, visto que nelas criam-se momentos de discussão e reflexão e, assim, os conflitos surgidos são discutidos, refletidos e as alternativas de soluções são encontradas. Nessa mediação de conflitos, passa-se a trabalhar nos espaços escolares competências sociais, comunicativas, interpessoais e outras tão necessárias à vida humana, que ultrapassam os momentos de sala de aula.

Um aspecto importante trabalhado nos momentos de assembleia é a cooperação e a autorregulação do grupo, uma vez que aparecem nessas ocasiões de discussão as lideranças da turma, as relações de poder, o entendimento, o diálogo e a busca de soluções para as questões levantadas no grupo. A cidadania também é uma dimensão importante que se trabalha nas assembleias, uma vez que, nos momentos de grupo, o tema surge como uma oportunidade de intervenção crítica por parte dos estudantes, aparecendo ainda no exercício da resolução dos conflitos e na construção das boas relações em sala de aula e no ambiente educativo.

Sendo assim, as assembleias, observadas como processo de mediação, trabalham com a imparcialidade, com o não fazer julgamentos precipitados, com o tentar negociar, respeitando os pontos de vista diferentes e tentando entrar num consenso/ponto de encontro, que pode ser considerado como uma solução para o problema em questão.

A construção dos valores e da moralidade no ambiente escolar

Precisamos repensar cada vez mais os tipos de sujeitos que estão nas nossas escolas. Superar a visão estereotipada desse sujeito dando-lhe outros significados, compreendendo sua história, seus desejos, sua visão de mundo, suas experiências. Assim, o Projeto Educativo do Brasil Marista (2010) diz que o sujeito torna-se o que é na trama das relações de poder, das relações sociais, das enunciações, dos discursos filosóficos, psicológicos, psicanalíticos, pedagógicos, antropológicos, sociológicos e teológicos que atravessam e inundam o cotidiano e que subjetivam modos reconhecidos de ser homem e mulher, criança e jovem, considerando a pluralidade dos discursos identitários, de papéis sociais e culturais nos mais variados contextos nos quais se situa e se forma, estando sempre incompleto e inacabado, em constante processo de constituir-se, de devir.

Sabe-se que a educação é um processo que potencializa as competências humanas, mas também que a escola valoriza a capacidade cognitiva relativa a outras qualidades. A inteligência, considerada de maneira isolada, não constitui o valor de um sujeito, pois a formação da personalidade de um indivíduo é um processo permanente que resulta da sua relação com múltiplas realidades que norteiam seu cotidiano. Com muita clareza, Sílvia Gallo (2000) aponta que:

[...] a articulação dos saberes forma o indivíduo intelectual e socialmente, duas realidades indissociáveis. A instrução procura fornecer aos alunos os conhecimentos básicos sobre o mundo e sobre a sociedade. Mas uma pessoa de posse de tais instrumentos ainda não está apta a se relacionar com o mundo e com a sociedade de maneira plena, autêntica e satisfatória; falta-lhe ainda uma postura diante da realidade, uma forma de se utilizar desses aparelhos, uma personalidade definida. (GALLO, 2000, p. 19).

Se, em escolas da Rede Marista, como espaços educativos, quer se educar estudantes para a compreensão humana, é de extrema importância educar em valores e em atitudes. A isso podemos chamar de educação conscientizada e transformadora e, para isso, precisamos destacar o papel do professor nessa formação. Logo, é preciso propiciar momentos de vivências entre os estudantes e seus pares, para, assim, serem incorporados princípios básicos de justiça, tolerância, solidariedade, amor e respeito, a fim de que essas posturas sejam reproduzidas na sociedade e no mundo em que vivem.

Verifica-se que o ambiente escolar influencia a maneira como os estudantes se relacionam e lidam com seus conflitos pessoais, interpessoais, de grupo e com as normas e regras. Muitas vezes, percebe-se que alguns desses conflitos não são discutidos nas escolas, observando que normas e regras, principalmente, são impostas pelos professores, visando ao bom comportamento e ao bom desempenho, evitando, assim, que se trabalhe a autorregulação do grupo. Sobre a imposição de regras, Tognetta e Vinha refletem:

Ao impor as regras, impedindo que os alunos tenham as experiências necessárias para a aceitação interior e, portanto, para a legitimação das normas, os educadores tornam-se exteriores ao sujeito (pois não foram construídas por intermédio da reflexão ou tiveram suas necessidades descobertas por meio de experimentação efetivas). Assim sendo, passam a ser cumpridas apenas enquanto a autoridade que as institui estiver presente - e isso se a pessoa que as impõe possui poder para exigir esse cumprimento, gerando uma obediência superficial e heterônoma que permanece somente enquanto há o medo de ser punido ou quando se espera uma recompensa. (TOGNETTA; VINHA, 2011, p.28)

O trabalho com as assembleias de classe propõe uma relação de diálogo cordial, afetuosa, tranquila e respeitosa com cada um dos envolvidos. É também uma reunião de análise de tudo o que ocorre, das causas, dos problemas vividos ou os motivos que dificultam a rotina escolar. Elas ainda servem como encontro catártico, como lugar para desabafar, para dizer tudo e recomeçar mais tranquilos, sendo considerada uma possibilidade aberta que todos têm para se aproximar. Piaget (1932) diz que:

[...] respeitar a autonomia pessoal e considerar os temas polêmicos por meio do diálogo fundamentado em boas razões, posso dizer que seriam algumas das condições básicas para construir formas de convivência pessoal e coletivas mais justas. A organização da vida do grupo turma se faz necessária, e deve ser embasada nos princípios acima citados. É uma responsabilidade da ação tutorial do professor, que deverá compartilhar com seus alunos e alunas se deseja que estes participem de forma ativa e se sintam comprometidos com a evolução do grupo, tanto no âmbito da convivência como nas questões acadêmicas.

Sendo assim, todas essas questões envolvidas no trabalho das assembleias vêm ao encontro do que se espera na formação de uma reflexão moral.

O docente, o estudante e os processos de diálogo.

As relações humanas são complexas e fundamentais na realização pessoal dos indivíduos como um todo. Os relacionamentos, as trocas, as experiências que são compartilhadas nas salas de aula, por exemplo, são fontes importantes do desenvolvimento comportamental e agregação de valores para nossos estudantes, dentro do processo educativo. Para que isso aconteça, é preciso garantir momentos de bem-estar a todos, sendo apropriados, de qualidade e que tenham um real sentido e significado para que se possa exercitar a democracia e validar o respeito mútuo como princípio norteador das relações interpessoais.

Nesse sentido, precisa-se pensar que o saber e o aprender tornam-se mais interessantes à medida que o estudante sente-se como parte de todo o processo de construção do saber. O prazer pelo aprender não é uma atividade que surge espontaneamente e, para isso, é necessário destacar um aspecto importantíssimo que deve fazer parte das práticas de sala de aula, que são os processos de diálogo. No momento em que esses processos passam a fazer parte da prática docente, o aprender pode se tornar mais significativo, porque passa também a ser, de certo modo, um processo de construção de cidadania, favorecendo o diálogo, o direito de falar e ser ouvido, o respeito à diversidade e a expressão dos diversos pontos de vista sobre um mesmo assunto.

A assembleia ainda representa uma boa oportunidade para os professores conhecerem melhor seus estudantes, uma vez que o processo de fala e escuta que tem nesses momentos permitem a segurança e a seriedade e incentivam, até mesmo, aqueles que raramente se colocam e que passam a falar, a se posicionar, a criticar, enfim, a participar. Para Freire (1987):

[...] o diálogo torna-se a essência de uma educação humanizadora e se constitui como um fenômeno essencialmente humano, realizado pelas pessoas por meio da palavra, a partir de duas dimensões: a ação, para a transformação e não alienação e a reflexão, atrelada à conscientização crítica e não alienante. (FREIRE, 1987, p.78).

Assim, a palavra não deve ser um privilégio de poucas pessoas, mas direito de todos os homens e mulheres, já que como diz o autor: “Os homens se fazem pela palavra, no trabalho, na ação-reflexão.” (FREIRE, 1987, p.78).

O professor, então como consequência do processo, passa a ser um facilitador na construção da aprendizagem, oportunizando espaço de diálogo para as discussões, seja nos momentos formativos de assembleia ou em momentos que necessitem que essa habilidade – que foi trabalhada nas assembleias – apareça. A relação professor-estudante ganha empatia e os eventuais problemas, ou seja, situações de conflito que venham a aparecer estarão sempre abertas ao diálogo.

Alguns resultados

Os relatos descritos são resultado de conversas informais e entrevista realizados com estudantes de 7º ano e professores. O objetivo era avaliar o impacto das assembleias e sua relevância na construção de novas formas de relação e de resolução de conflitos na sala de aula.

Alguns relatos de estudantes:

“ As assembleias estão sendo ótimas! A turma está melhorando em muitos aspectos. Também sabemos que algumas pessoas não mudam ou não querem mudar”

“ Na minha opinião as assembleias são essenciais, pois é um momento em que podemos discutir livremente os problemas da turma, sempre buscando resolvê-los”

“ A assembleia foi importante para minha turma porque com ela podemos enfrentar os problemas de convivência. ”

Relato de uma professora:

“ Assembleia – possibilidade das turmas exercitarem seu olhar para o grupo, para o colega e para si mesmo. Momento rico na caminhada escolar do educando desafiando-o em perceber posturas, valores e virtudes da sua formação. ”

Conclusão

Com a apreciação do processo em que as assembleias são constituídas, é possível perceber que os professores têm diferentes entendimentos sobre algumas questões, como a indisciplina, por exemplo, que, para alguns, era sinônimo de falta de maturidade ou de interesse dos estudantes e também era, em algumas ocasiões, considerada como falta de respeito e contestação da autoridade. Hoje, percebe-se que o que muitas vezes chamamos de “indisciplina” está relacionado à falta de diálogo, de espaços construtivos de troca opiniões, de relações que precisam ser mediadas. E, com as práticas das assembleias, foi permitido um novo entendimento: de que o diálogo e os espaços democráticos precisam fazer parte da rotina da sala de aula, evitando algumas possíveis questões disciplinares que venham a surgir.

Constatou-se que, do ponto de vista do estudante, o trabalho com as assembleias passou a ter um significado mais preventivo, que há a garantia de um espaço de diálogo e que, com a prática, acabou se estabelecendo uma rede de significações que abrangem as relações saudáveis e a apreensão de valores éticos. E, após os trabalhos com as assembleias, é notável um avanço positivo em relação ao envolvimento dos professores em algumas questões trazidas nas pautas/assuntos organizados pela turma, observando também uma preocupação em ouvir os estudantes, acolher suas falas e mediar as situações da melhor maneira possível. Além disso, verificou-se que todos – estudantes e professores – após o processo, entenderam melhor qual a sua importância e o seu papel na resolução, mediação e prevenção dos problemas ocasionados em sala de aula, o que gerou grupos mais unidos e dispostos a trabalhar pelo coletivo.

Enfim, chega-se à conclusão que a escola em análise tem formado cidadãos capazes de decidir e agir com ética e com segurança em quaisquer situações que venham a enfrentar na escola, no grupo ou na sociedade. Então, como consequência disso, esses sujeitos não precisarão ser cobrados pelos seus atos, porque eles acontecerão de forma autônoma e espontânea.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F. **Assembleia escolar: um caminho para a resolução de conflitos**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

_____. **A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências**. São Paulo: Moderna, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALLO, S. Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. In. ALVES, N. e GARCIA, R. L. (orgs.). **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2000.

UNIÃO MARISTA DO BRASIL. **Projeto Educativo do Brasil Marista: nosso jeito de conceber a Educação Básica / União Marista do Brasil**. – Brasília: UMBRASIL, 2010.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus. 1932.

PUIG, Josep. **Práticas morais: Uma abordagem sociocultural da educação moral**. São Paulo: Moderna, 2000.

SASTRE, G & MORENO, M. **Resolução de conflitos e aprendizagem emocional: gênero e transversalidade**. São Paulo: Moderna, 2002.

SHULMAN, L. S. *The wisdom of practice*. San Francisco: Jossey Bass, 2004.

TOGNETTA, L.R.P.; VINHA T.P. **Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola**. 2ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

WEIMER, M. *Learner-centered teaching*. San Francisco: Jossey-Bass, 2002.